ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NA ERA DIGITALAnalisar os impactos das novas tecnologias no campo jurídico e discutir os desafios e perspectivas da regulação na era digital.

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Braulio Do Nascimento Teixeira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

Na hodiernidade a sociedade vive um momento de intensa transformação impulsionada pelos avanços tecnológicos. Essas mudanças afetam diretamente as interações humanas, os modelos econômicos e, consequentemente, as estruturas legais. O sistema jurídico,responsável por regular essas dinâmicas, precisa se reinventar para acompanhar a velocidade das mudanças,especialmente com o surgimento de ferramentas como algoritmos inteligentes, análise de dados em larga escala, sistemas descentralizados e ambientes virtuais.
Todavia,a legislação tradicional muitas vezes se mostra insuficiente para resolver conflitos no ambiente digital, exigindo não apenas novas leis,mas também uma interpretação mais flexível dos princípios já existentes. Questões como o direito à privacidade,a segurança de informações pessoais e a garantia de condições justas no trabalho remoto são alguns dos pontos que demandam atenção.Este estudo busca refletir sobre como o Direito pode se adaptar para atender a essas necessidades.

Objetivo

Analisar os impactos das novas tecnologias no campo jurídico e discutir os desafios e perspectivas da regulação na era digital. Para que se possa ter um melhor aproveitamento de tempo em relação a agilidade dos processos, que antes eram apenas de modo físico e com a era digital passou a ser bem mais rápido e prático, proporcionando uma condição melhor de trabalho para todos os envolvidos.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando livros, artigos científicos, legislação atual e pareceres jurídicos sobre o tema. A abordagem adotada é qualitativa, com foco analítico e descritivo. A seleção das fontes considerou autores contemporâneos do campo do Direito Digital, bem como documentos oficiais, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). A metodologia buscou identificar os principais desafios enfrentados pelo Direito na era digital, como a tipificação de crimes cibernéticos, a proteção de dados, as implicações jurídicas do uso de inteligência artificial, a redefinição das relações de trabalho por meio das plataformas digitais e a atuação do Judiciário em ambientes informatizados. O levantamento também incluiu jurisprudência recente que evidencia a necessidade de atualização das normas

legais frente à inovação tecnológica.

Resultados e Discussão

Os estudos mostraram que, apesar de alguns avanços, o ordenamento jurídico brasileiro ainda não consegue acompanhar plenamente a evolução tecnológica. Medidas como a LGPD e o Marco Civil da Internet são passos importantes, mas a velocidade das inovações exige respostas mais ágeis.

No âmbito criminal, surgem constantemente novas modalidades de infrações digitais, exigindo atualizações legislativas. No mercado de trabalho, a flexibilização trazida por aplicativos e serviços online desafia as normas tradicionais. Além disso, o uso de sistemas automatizados no Judiciário, embora eficiente, gera debates sobre até que ponto máquinas podem influenciar decisões legais.

Conclusão

É essencial que as leis sejam revisadas periodicamente, com uma visão prospectiva. Profissionais da área devem se manter atualizados para lidar com os novos desafios, assegurando que os direitos fundamentais sejam preservados mesmo em um cenário em constante mudança.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.

DONEDA, D. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MONTEIRO, Fábio Ulhoa. Novas tecnologias e Direito: desafios regulatórios. São Paulo: Saraiva, 2021.